

## OS VALORES SOCIAIS NO PLANO INTERCULTURAL DA TRADUÇÃO

*Maria José Almeida*

A actividade tradutiva inscreve-se sempre na fronteira entre uma língua de partida e uma língua de chegada. Trata-se, assim, de um plano intercultural que cruza universos valorativos diferenciados. Ora, constitui-se como objectivo do tradutor atingir a equivalência possível, numa perspectiva de compromisso, no âmbito semântico e ideológico. É o que sucede, com especial relevância, nos casos da tradução de textos literários, económicos e, até mesmo, científicos e técnicos.

Por tal motivo, além de ter de dispor de competências relativas ao domínio das duas línguas em questão, nos planos lexical e sintáctico, condição fundamental mas não suficiente, o tradutor deverá ainda determinar, com particular acuidade, o sentido que orienta o discurso, bem como o quadro ideológico subjacente.

De facto, a obtenção de uma equivalência supõe uma clara identificação do trajecto semântico que atravessa o discurso na língua de partida, de modo a que, na língua de chegada, se possa manter essa mesma orientação. Mas, para além disso, não nos podemos esquecer de que qualquer texto nos remete sempre para um dado campo de valores a que a tradução não poderá ficar alheia. Deste modo, a análise dos valores presentes no discurso, que permite identificar a orientação ideológica aí inscrita, revela-se particularmente útil no plano intercultural da tradução.

A ser assim, importa ao tradutor/intérprete munir-se de um quadro de análise susceptível de o fazer aceder a essas duas componentes. Trata-se de um processo hermenêutico de descodificação de sentido(s), entendido(s) como direcção, nos planos semântico e ideológico. Neste caso, há que recorrer a um modelo teórico que não se restrinja a uma linguística do signo, redutora de uma análise mais ampla do discurso, de modo a abranger a problemática ideológica. Claro que isso não prejudica a complementaridade de outras vertentes de análise, e até das perspectivas lexicográfica e lexicológica, úteis mas insuficientes, a nosso ver, neste aspecto.

Entendida a tradução no âmbito mais amplo da comunicação – e não poderá deixar de ser assim, desde logo porque se destina, em princípio, à divulgação do texto de partida e porque qualquer texto se inscreve num plano

comunicante e relacional – há que privilegiar um quadro de análise integrador dessa dimensão fundamental. Ora, como refere M. de L. Martins, a comunicação não deverá reduzir-se a uma semiótica do signo: “Colocar a comunicação à ordem do signo (linguístico, filosófico, antropológico, teológico, ou outro), é constituí-la, de facto, como um objecto intelectual, independente do acto que a confirma como relação, como aliança, como compromisso; é isolá-la e fixá-la como mera representação, como um dizer que nada faz”<sup>1</sup>. Deverá, então, optar-se por uma concepção mais abrangente e com outra amplitude, fundada numa análise do discurso em ordem a integrar a dimensão comunicacional.

É certo que a determinação das duas componentes, que atrás referimos (sentido do discurso e da ideologia), poderá ser feita em função de vários enquadramentos<sup>2</sup> mas, na nossa opinião, é a perspectiva de Oswald Ducrot, constituinte de uma Pragmática integrada na Semântica, que melhor se ajusta à análise do discurso com estes objectivos<sup>3</sup>. Estamos perante um quadro teórico que permite abranger as duas vertentes: por um lado, determinar o sentido, vector fundamental, no caso da tradução, entendido como orientação argumentativa inscrita nas estruturas linguísticas, por outro, através dos princípios de argumentação convocados, coincidentes com o recorte ideológico, aceder aos valores presentes no universo discursivo.

De facto, inscrevemo-nos numa dimensão intersubjectiva da linguagem, adquirindo o sentido, como veremos, um carácter interlocutivo, enquanto diálogo entre pontos de vista diferenciados<sup>4</sup>. Trata-se pois de uma concepção que se opõe ao carácter meramente representacionista ou denotativo dos enunciados em que a linguagem se limitaria a descrever uma dada realidade.

A título de exemplo, e no seguimento de uma perspectiva tradicional, no enunciado *Este livro é interessante*, procura-se apenas descrever uma realidade exterior. Segundo uma concepção argumentativa do sentido, aponta-se para uma conclusão que poderá ser, implicitamente, convidar o interlocutor à sua leitura e, logo, a um dado comportamento ou atitude. Uma das sequências plausíveis seria *Então vou lê-lo*. Neste caso, o segmento inicial constitui-se como argumento para a conclusão, adquirindo o seu valor semântico nessa totalidade.

Por outro lado, segundo a concepção argumentativa da linguagem, a perspectiva do sentido é vertical, adquirindo um carácter polifónico enquanto sobreposição de várias “vozes”, opondo-se ao postulado tradicional da “unicidade do sujeito falante”. De acordo com Anne Reboul, “Si, selon Ducrot, il faut rejeter le postulat de l’unicité du sujet parlant et si, pour ce faire, il introduit diverses entités, il faut noter que ces diverses entités correspondent à

des êtres théoriques et non à des individus dans le monde. Ducrot établit ainsi une frontière infranchissable entre le *sujet parlant*, c'est-à-dire l'individu dans le monde qui produit l'énoncé, et le *locuteur* et les *énonciateurs* qui restent des êtres théoriques et qui ne s'incarnent pas"<sup>5</sup>.

Há, então, a considerar, como instâncias do discurso, diversas entidades: em primeiro lugar, o sujeito empírico, autor ou produtor do enunciado, a seguir o locutor (L), responsável do enunciado e do agenciamento de enunciadores, marcado linguisticamente pela primeira pessoa e, finalmente, os enunciadores (E), perspectivas ou pontos de vista presentes no enunciado. Acresce ainda a posição do locutor, relativamente a estes últimos, que poderá ser de aprovação de identificação ou de rejeição. Será assim, a partir do agenciamento de enunciadores, realizado pelo locutor, e da posição deste face às várias perspectivas, que se vai desenhando a direcção ou trajecto argumentativo.

Desta forma, um tipo de negação caracterizada por Ducrot como polémica<sup>6</sup>, seja o caso do enunciado *Não chove*, remete-nos para um debate entre dois enunciadores, E1 e E2. O primeiro sustenta um ponto de vista afirmativo, sendo contraditado por E2 e identificando-se o locutor com o último. Constitui-se, deste modo, o ponto de partida, argumento para a sequência ulterior ou conclusão do tipo: *Então vamos sair*.

Este entendimento do sentido do enunciado como debate entre pontos de vista contrapostos é extensível à dimensão discursiva, onde adquire a sua máxima amplitude. A sua aplicação à totalidade do discurso permite aceder ao diálogo ou cruzamento de perspectivas mais ou menos dissonantes que o atravessam, bem como determinar a respectiva directriz argumentativa.

A consciência deste corte vertical do sentido, como “vozes” sobrepostas, contribui, a nosso ver, para um entendimento mais claro e preciso dos vectores fundamentais de orientação semântica, com um enfoque nos conectores que articulam a sequência discursiva. Munido deste quadro de análise, o tradutor/intérprete pode assim aceder às conclusões fundamentais a que se dirige o discurso, atendo-se à orientação argumentativa que o rege e atingindo, de modo mais seguro, uma equivalência semântica na língua de chegada.

Por seu turno, na ligação entre argumento e conclusão, inscrevem-se princípios gerais, comuns e escalares<sup>7</sup>, convocados pelos enunciadores. Estes princípios, *topoi*, de acordo com a designação aristotélica, obedecem, então, a várias características. A característica da generalidade deve-se ao facto de não se aplicarem apenas a uma dada situação mas a qualquer uma que seja análoga. Por outro lado, o *topos* é também comum, isto é, constitui-se como objecto de partilha pela colectividade. Finalmente, é gradual, já que, por um lado,

estabelece uma relação entre duas escalas, figurando a primeira como antecedente (P), e a segunda como conseqüente (Q). Por outro lado, a relação é, em si mesma, gradual, podendo qualquer uma das escalas ser percorrida num sentido ascendente ou descendente.

Seja o caso do exemplo: *Está bom tempo, vamos passear*. Como se pode constatar, cumpre as três características apontadas, já que poderá ocorrer sempre que o bom tempo se faça sentir, é pacificamente aceite e, em princípio, quanto melhor estiver o tempo, mais facilmente se dará um passeio e vice-versa. Há, assim, um trajecto entre argumento e conclusão que é assegurado pelo *topos*. No discurso, o *topos* é convocado no quadro de uma determinada apreensão argumentativa de uma situação, orientando o trajecto discursivo para uma dada conclusão.

Se no plano semântico se define, deste modo, a direcção do sentido, cumpre agora determinar a articulação com o plano ideológico e, mais especificamente, com os valores, inserindo-nos no âmbito intercultural da tradução. A conjunção que se estabelece entre ambos (discurso e ideologia), realiza-se através da coincidência dos *topoi* com os valores. Como refere A. Alves, “(...) para reconhecer a sua proximidade e até coincidência, será bastante sublinhar que os traços específicos dos *topoi* se encontram também nos valores sociais. De modo simplificado, diríamos que o que constitui a argumentatividade ou a força imperativa do *topos* é o que constitui a força imperativa do valor social. Tal como o *topos*, o valor social é, por definição, *comum* a uma comunidade (mesmo que não seja total e unanimemente aceite) e é *geral*, ou seja, aplica-se a uma multiplicidade de situações; ao carácter *gradual* do *topos* pode, pelo menos, associar-se o carácter *polar* do valor/antivalor e a sua gradualidade nos aspectos da realização e da adesão que alcançam”<sup>8</sup>.

No entanto, há ainda que definir o que se entende por ideologia, destacando-se alguns elementos que convém sublinhar. Embora seja uma noção de contornos pouco precisos, e que poderá ser entendida em função de várias acepções, cremos que se articula em torno de dois pólos fundamentais, manifestando uma dualidade que lhe é inerente<sup>9</sup>.

De facto, a ideologia parece constituir-se sempre a partir da tensão entre dois eixos, valores *vs.* representações sociais, apreensão da realidade e projecto de futuro, interpretação do interesse geral como obra de um grupo particular, etc. Ora, se por um lado, em certos casos, a ideologia surge como uma representação falseada, devido a uma interpretação errónea ou parcial dos factos, por outro, desde que revele um desdobramento crítico, poderá

desempenhar um papel de orientação da acção, no sentido de uma maior consciência social.

A ideologia perspectiva-se, assim, de modo dialéctico, como tensão permanente enquanto consciência progressiva direccionada à consciência social e, ao mesmo tempo, como risco de reificação dessa mesma consciência. Formula-se, pois, como síntese de um processo representativo e de orientação da acção. Além disso, e de um ponto de vista sociológico, segundo a concepção de Guy Rocher, a ideologia apresenta-se como um sistema, um conjunto organizado de percepções e de representações, que permite explicar o funcionamento social e propor orientações para a acção histórica, distinguindo-se da ciência, principalmente pelo facto de se referir a valores.

De acordo com este autor, “[...] le Nous de l'idéologie sert en règle générale à symboliser et à cristalliser les *valeurs* auxquelles l'idéologie fait appel. Ces valeurs peuvent être celles d'un passé plus ou moins lointain, elles peuvent être actuelles ou elles peuvent être nouvelles.

Soulignons le fait que l'idéologie est un des lieux principaux où se créent les valeurs nouvelles. Souvent diffuses ou latentes, ces nouvelles valeurs trouvent finalement leur formulation dans un schéma idéologique qui les explicite”<sup>10</sup>. A ideologia inscreve-se, pois, na dimensão cultural e define-se em função de vários elementos, designadamente dos valores, das situações históricas ou dos diferentes grupos. A cultura é, deste modo, apreendida e partilhada por um conjunto de pessoas e constitui-as, de forma objectiva e simbólica, em colectividade distinta<sup>11</sup>.

Ora, os valores participam também de uma dupla dimensão já que, numa perspectiva relacional, articulam, através do que é desejável, sujeito e objecto. Como refere L. Lavelle, “Nul ne peut mettre en doute, semble-t-il, la liaison entre la valeur et le désir. [...] Car on peut dire d'une chose qu'elle est tout ce sur quoi quelque désir aspire à se poser. [...] De telle sorte que l'on comprend sans peine comment on a pu *identifier la valeur avec la désirabilité*”<sup>12</sup>.

Por outro lado, e também de modo dual, apresentam uma dimensão ideal, virtual ou paradigmática, basta para tal pensar em valores como o Bem, a Justiça ou a Felicidade, e isso não invalida que se manifestem ou concretizem na relação que se estabelece com o sujeito (individual ou colectivo), de forma diferenciada, isto é, relativa<sup>13</sup>. O facto de nessa apreensão se abrangerem novos aspectos ou elementos não implica que eles deixem de ser subsumíveis a uma configuração ideal<sup>14</sup>. De modo diferencial, quase diríamos de forma oposicional, enquanto tensão entre essa bipolaridade, a definição de cada uma das vertentes exige a presença da outra.

Pode, assim, afirmar-se que os valores se exprimem numa dupla dimensão – as duas perspectivas em que ela se desdobra são complementares e co-presentes, uma vez que os valores se configuram nessa relação entre a sua projecção ideal e a sua manifestação, assumindo um carácter relativo segundo o modo como essa relação se define.

Então, tendo em conta os diversos elementos apontados, e seguindo a perspectiva de G. Rocher, os valores apresentam-se como uma determinada forma de ser ou de agir reconhecida como ideal por uma colectividade tornando-se, por tal motivo, naquilo que é desejável. Trata-se, pois, de uma representação da realidade social e orientação do seu agir.

A concepção relacional ou posicional do valor permite, deste modo, a sua manifestação como actividade simultaneamente participante e criadora, concretizando-se na acção. Ora, a presença de uma vontade de adesão, como desejo, por parte do sujeito equivale a um reconhecimento intersubjectivo, fundamento dessa adesão que, apesar de tudo, não deixa de ser construída e elaborada através das próprias relações entre os indivíduos, desenhando uma identidade colectiva. Os valores constituem-se como objecto dessas relações, adquirem aí a sua configuração e representam o horizonte do sentido em que se projecta a acção comum, inscrevendo-se nos discursos da própria sociedade.

É precisamente para se poder aceder aos valores presentes no discurso da língua de partida, reconstituindo-os na língua de chegada, que se recorre a um modelo teórico capaz de funcionar como ponto de articulação entre as duas vertentes.

Através da determinação dos princípios argumentativos, *topoi*, convocados ao longo do texto e das configurações que se estabelecem entre os diferentes enunciadores, será possível traçar o recorte ideológico do discurso. Entendemos que estas configurações poderão ser de várias ordens, surgindo como fundamentais as relações de associação, de conexão e de oposição. Se considerarmos o contexto económico de âmbito empresarial, podemos referir a título de exemplo de relações de associação, *desenvolvimento e crescimento económicos, globalização e competitividade, qualidade e reconhecimento*. Como exemplos de relações de conexão, *lucro mas protecção do ambiente, tradição mas inovação, dificuldades mas recuperação*, assegurando o conector “mas” a articulação entre os dois valores. E finalmente, como relações de oposição, podemos referir, *fusão/não fusão, inércia/acção, tradição/inovação*<sup>15</sup>. Consideramos que estes diferentes tipos de relação vão também precisando, ao longo de todo o discurso, certas linhas de orientação ideológica, remetendo-nos para um quadro fundamental, desenhado num recorte de identidades e diferenças.

Poderemos agora retomar a noção de valor de acordo com as noções que apresentámos e estabelecer um cruzamento com o plano semiótico. Os valores apresentam-se como virtuais, situados num eixo paradigmático, actualizando-se na actividade discursiva. Ao seguirmos como método de análise a perspectiva de O. Ducrot, surge-nos como fundamental a relação argumentativa. É nos princípios argumentativos que esta se inscreve, enquanto apreensão argumentativa e, logo, preferencial, positiva ou negativa, de um dado estado de coisas, ou seja, como eixo entre um sujeito e objecto.

Estabelece-se, pois, uma afirmação enquanto desejo e adesão a um valor ou, pelo contrário, como atitude de recusa, face ao desvalor ou antivalor, de acordo com o princípio convocado e com a atitude do locutor – atende-se, portanto, a uma relação accional entre sujeito e objecto.

Por outro lado, e como vimos, no quadro de uma teoria polifónica da enunciação, estamos na presença de uma pluralidade de *vozes*, contrariando-se uma visão monolítica do sujeito falante. A presença de vários enunciadores traduz-se numa visão multifacetada, constituída pela afirmação de *vozes* discordantes, mais ou menos distanciadas, e objecto de atitudes diversas por parte do locutor. Deste modo, a convocação de *topoi* no discurso segue o agenciamento estabelecido pelo locutor, configurado como ideólogo, constituindo-se, assim, uma decisão de convocação de valores a partir da própria decisão do locutor que define ou recorta o quadro ideológico.

Vimos igualmente que a concepção argumentativa da língua, que considera a argumentação inscrita nas estruturas linguísticas, estabelece uma distância relativamente ao mundo referencial, que é apreendido argumentativamente, assinalando-se, nessas várias apreensões, relações de identidade e de diferença. Ora, para que a pluralidade de sujeitos se possa constituir como comunidade, torna-se fundamental a negociação dessa distância ou diferença através de uma vertente argumentativa que adquire uma projecção accional. O sujeito dialógico é, assim, produto de uma negociação constante<sup>16</sup>.

A convocação de princípios argumentativos diversificados coincide, então, com quadros ideológicos diversos, por vezes diametralmente opostos, que afirmam a sua identidade nessa alteridade ou diferença e que se confrontam e modificam, ao longo da sequência discursiva, na própria evolução dos *topoi* convocados. Estes ora se aproximam, ora se distanciam de um ponto de equilíbrio<sup>17</sup>, que poderemos considerar como ponto de mediação ética entre os *topoi* presentes, num processo de negociação, contínuo e implícito, permitindo a re-actualização da geografia na linha do horizonte do universo valorativo. Deste modo, na direcção argumentativa do discurso, traçada pela correlação dos

elementos atrás referidos, encontramos a respectiva orientação ou direcção ideológica, assinalada pelos *topoi*.

O tradutor/intérprete pode assim chegar a uma equivalência semântica e ideológica, no plano intercultural, que sempre se inscreve na prática tradutiva, constituindo-se a análise do discurso, segundo esta perspectiva, como um instrumento válido e eficaz para o seu trabalho.

---

<sup>1</sup> *A Linguagem, a Verdade e o Poder*, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2002, p. 24.

<sup>2</sup> Veja-se a este propósito a concepção de T. van Dijk enquanto interface entre ideologia e discurso.

<sup>3</sup> Acerca da relação entre “os elementos e estruturas da comunicação com os elementos e estruturas sociais”, ver A. Alves, “Argumentação e análise do discurso na perspectiva de Oswald Ducrot”, *Revista de Comunicação e Linguagens*, Maio 2001, n.º 29, Lisboa, Relógio D’Água Editores, pp. 117-35.

<sup>4</sup> Cf. O. Ducrot, “Esquisse d’une théorie polyphonique de l’énonciation”, in *Le Dire et le Dit*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1984, pp. 171-233.

<sup>5</sup> A. Reboul, J. Moeschler, *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*, Paris, Editions du Seuil, 1994, p. 326. O negrito é da autora.

<sup>6</sup> Cf. O. Ducrot, “Esquisse d’une théorie polyphonique de l’énonciation”, pp. 215-17.

<sup>7</sup> Cf. O. Ducrot, “Topoi et formes topiques”, in J. C. Anscombre [et al.], *Théorie des Topoi*, Paris, Éditions Kimé, 1995, pp. 86-7.

<sup>8</sup> Argumentação e análise do discurso na perspectiva de Oswald Ducrot, p. 132. O itálico é do autor.

<sup>9</sup> A propósito das diferentes aceções acerca da ideologia e do seu carácter dual, ver A. Alves, *Presse Régionale et Émigration*, Louvain-La-Neuve, Cabay, Libraire Éditeur, 1984, pp. 53-62.

<sup>10</sup> *Introduction à la Sociologie*, Vol. 3, Paris, Éditions HMH, 1968b, p. 90.

<sup>11</sup> Cf. G. Rocher, *Introduction à la sociologie*, Vol. 1, Paris, Éditions HMH, 1968a, p. 111. O itálico é do autor.

<sup>12</sup> *Traité des Valeurs*, Tome premier, Paris, P.U.F., 1951, p. 197. O itálico é do autor.

<sup>13</sup> A propósito da dimensão ideal do valor e da sua manifestação tangível, ver A. Alves, *Presse régionale...*, 1984, p. 66.

<sup>14</sup> De facto, a concepção que possuímos hoje da Justiça é distinta da que imperava, por exemplo, no séc. XVIII. Podemos até admitir a coexistência, numa única sociedade, ou em sociedades diferentes, de actualizações ou concretizações opostas,

inscritas em universos ideológicos diferenciados e, no entanto, subsumíveis a um único valor virtual ou paradigmático.

<sup>15</sup> Escolhemos propositadamente os mesmos valores de inovação e de tradição apenas para sublinhar que o diferente agenciamento de enunciadores e a respectiva posição do locutor podem constituir em relações diversas; isto é, podem ser equacionados de modo antagónico, no quadro de uma relação de oposição, de acordo com este último exemplo, ou de modo complementar, sendo inseridos, neste caso, numa relação de conexão definida pelo conector.

<sup>16</sup> Cf. J. M. O. Mendes, “O desafio das identidades”, in *Globalização – Fatalidade ou utopia?*, B. de S. Santos (Org.), Porto, Ed. Afrontamento, 2001, pp. 489-523.

<sup>17</sup> A propósito da noção de fronteira como figura de mediação, ver A. S. Ribeiro, “A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira”, in *Globalização – Fatalidade ou utopia?*, B. de S. Santos (Org.), Porto, Ed. Afrontamento, 2001, pp. 463-88.

#### BIBLIOGRAFIA

ALVES, A., *Presse régionale et émigration*, Louvain-La-Neuve, Cabay, Libraire Éditeur, 1984.

———, A., “Argumentação e análise do discurso na perspectiva de Oswald Ducrot”, *Revista de Comunicação e Linguagens*, Maio 2001, nº 29, Lisboa, Relógio D’Água Editores, pp. 117-135.

DUCROT, O., “Esquisse d’une théorie polyphonique de l’énonciation”, in *Le dire et le dit*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1984, pp. 171-233.

———, “Topoi et formes topiques”, in J. C. Anscombe [*et al.*], *Théorie des Topoi*, Paris, Éditions Kimé, 1995, pp. 85-99.

LAVELLE, L., *Traité des valeurs*, Tome premier, Paris, P.U.F., 1951.

MARTINS, M. de L., *A linguagem, a verdade e o poder*, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2002.

MENDES, J. M. O., “O desafio das identidades”, in *Globalização – Fatalidade ou utopia?*, B. de S. Santos (Org.), Porto, Ed. Afrontamento, 2001, pp. 489-523.

MOESCHLER, J.; A. Reboul, *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*, Paris, Editions du Seuil, 1994.

RIBEIRO, A. S., “A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira”, in *Globalização – Fatalidade ou utopia?*, B. de S. Santos (Org.), Porto, Ed. Afrontamento, 2001, pp. 463-488.

ROCHER, G., *Introduction à la sociologie*, Vol. 1, Paris, Éditions HMH, 1968a.

———, *Introduction à la sociologie*, Vol. 3, Paris, Éditions HMH, 1968b.